



Jornalistas feministas em rede: resistências e alianças na América Latina¹

Jessica Gustafson²

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Resumo: O presente artigo apresenta uma discussão teórica inicial sobre as redes de jornalistas feministas existentes nas últimas décadas na América Latina a partir da possibilidade de pensar o jornalismo enquanto potência para a construção de alianças inesperadas (CADENA, 2018) e na busca por conexões parciais (HARAWAY, 1995; 2019). Considero que a ideia de uma perspectiva de gênero no jornalismo acomoda outras/várias formas de fazer e pensar a prática jornalista enquanto resistência à lógica colonial/moderna que afeta a região há séculos. As possibilidades de aliança entre diferentes povos, corpos e gramáticas, no âmbito da reflexão sobre o jornalismo, perpassa o exercício de conviver e atuar a partir do equívoco (VIVEIROS DE CASTRO, 2018), em um movimento de resistência tradutória (COSTA, 2010; 2014; 2020).

Palavras-chave: jornalismo¹; feminismo²; redes³; perspectiva de gênero⁴; tradução⁵.

1. Introdução

O presente artigo apresenta uma discussão teórica inicial sobre as redes de jornalistas feministas existentes nas últimas décadas na América Latina a partir da possibilidade de pensar o jornalismo enquanto potência para a construção de alianças inesperadas (CADENA, 2018) e na busca por conexões parciais (HARAWAY, 1995; 2019). Esse intento faz parte da reflexão proposta para a elaboração da minha tese de doutorado, que

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJOR/UFSC). E-mail: je.g.costa@gmail.com

apresenta entre os seus objetivos compreender o que é a perspectiva de gênero no jornalismo proposta pelas profissionais de diferentes nacionalidades e culturas, assim como variadas localizações sociais e identitárias que envolvem raça, etnia, geração e sexualidade, reunidas em rede. Considero que a ideia de uma perspectiva de gênero no jornalismo acomoda outras/várias formas de fazer e pensar a prática jornalista enquanto resistência à lógica colonial/moderna que afeta a região há séculos, fazendo frente ao que Maria Lugones (2014) denomina de “colonialidade de gênero”, em que gênero e raça estão articulados a partir da divisão moderna primordial: a separação entre humanos e não humanos. De acordo com a autora:

Eu compreendo a hierarquia dicotômica entre o humano e o não humano como a dicotomia central da modernidade colonial. Começando com a colonização das Américas e do Caribe, uma distinção dicotômica, hierárquica entre humano e não humano foi imposta sobre os/as colonizados/as a serviço do homem ocidental. Ela veio acompanhada por outras distinções hierárquicas dicotômicas, incluindo aquela entre homens e mulheres. Essa distinção tornou-se a marca do humano e a marca da civilização. Só os civilizados são homens ou mulheres (LUGONES, 2014, p. 936).

E a colonialidade segue existindo ao contrário da colonização, sendo “o que permanece na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial” (LUGONES, 2014, p. 939). Seguindo nesta direção, primeiramente trago neste artigo um panorama das redes, principalmente da Red Internacional de Periodistas con Visión de Género, que congrega o maior número de profissionais, e discuto a importância da articulação feminista dentro do campo do jornalismo. Posteriormente, apresento um caminho de reflexão que propõe pensar a diversidade e a pluralidade não apenas em um sentido epistemológico, mas ontológico, defendendo gênero enquanto uma categoria da diferença que contém um equívoco (COSTA, 2020) e que este precisa ser levado em conta nos processos comunicativos, em especial no jornalismo.

O intuito de propor a discussão nos termos apresentados surgiu após a conclusão da minha dissertação de mestrado, em que estudei a construção da perspectiva de gênero no *Portal Catarinas – Jornalismo com Perspectiva de Gênero*, criado em 2016 na cidade de Florianópolis (SC). Como resultado do trabalho, propus que uma objetividade feminista no jornalismo, que seria uma objetividade corporificada (HARAWAY, 1995), poderia estar relacionada à visibilização das relações de poder, em que gênero, raça,

classe e sexualidade estão imbricadas e que são reafirmadas cotidianamente pelas instituições e suas normativas.

Neste sentido, faz parte deste projeto abrir o jornalismo às vozes de distintas mulheres, negras, lésbicas, indígenas, periféricas, prostitutas, quilombolas, etc., que ofereçam novos sentidos e saberes. Contudo, parece importante destacar que não basta construir espaços se estes sentidos serão enquadrados em uma mesma lógica de inteligibilidade. Abrir o jornalismo ao diálogo e à pluralidade de vozes significa se arriscar ao novo, ao que não pode ser interpretado somente a partir da matriz hegemônica, sob a pena de reproduzir a violência epistêmica que organiza o mundo há séculos. As possibilidades de aliança entre diferentes povos, corpos e gramáticas perpassa o exercício de conviver e atuar a partir do equívoco (VIVEIROS DE CASTRO, 2018), em um movimento de resistência tradutória (COSTA, 2010; 2014; 2020).

Segundo Costa (2010, p. 54), a virada tradutória significa pensar o processo de tradução não apenas em um sentido linguístico, “como transferência de significados”, mas também ontológico, em que o próprio ato de falar já exige tradução, assim como a abertura ao outro. Viver sem teto, em um entre lugar, mesmo que provisoriamente, é, para Costa (2010), uma obrigação moral no processo de desenraizamento propiciado pela tradução. “Este ir e vir também inclui discursos e práticas feministas, que viajam através de lugares e direcionalidades diversos para se tornarem paradigmas interpretativos para ler/escrever sobre classe, gênero, raça, sexualidade, migração e a circulação de textos e identidades” (COSTA, 2010, p. 54). A tradução se torna indispensável para a formação de alianças.

A prática do “world”-traveling evidencia como a tradução transcultural é indispensável, em termos políticos e teóricos, para a formação de alianças feministas pós-coloniais/pós-ocidentais, já que a América Latina – entendida mais como uma formação cultural trans-fronteira e não como espaço territorialmente delimitado – deve ser vista como translocal. A noção de translocalidade possibilita, por sua vez, a articulação da colonialidade do poder/gênero em várias escalas (locais, nacionais, regionais, globais) com diferentes posições de sujeito (de gênero, sexual, etno-racial, de classe, etc.) constitutivas da identidade (COSTA, 2010, p. 54).

Desta forma, sugiro a seguinte questão: Se o jornalismo enquanto uma prática social reflete a sociedade em que está inserido, então também está refletindo essa expressiva parcela de ativistas e jornalistas, inseridas em suas comunidades específicas,

mas viajando por entre lugares (COSTA, 2010), construindo cotidianamente novas possibilidades de habitar o(s) mundo(s). E esta busca por outras formas de habitá-lo(s), incluindo a conexão com outros mundos que se estruturam em um movimento dentro e fora, da lógica moderno/ocidental, acontece a partir da tradução e do reconhecimento de que os conhecimentos são corporificados e parciais, por tanto, limitados e abertos a outras alteridades, incluindo as não-humanas (HARAWAY, 2019).

2. Tecendo redes – Alianças entre jornalistas feministas

A mídia e o jornalismo, mais especificamente, fazem parte do foco de atenção feminista há décadas. Seja por considerarem que os estereótipos e representações limitadoras sobre as mulheres seguem em franca circulação nos meios apesar de mudanças culturais, seja por compreenderem a potencia do jornalismo enquanto mecanismo de transformação social. Segundo Woitowicz (2019, p. 64), sabe-se que desde antes da Conferência Mundial da Mulher (Beijing, 1995), “a comunicação já era não apenas feita como também refletida e teorizada enquanto um espaço onde se processam as lutas das mulheres”. Desta forma, o jornalismo produzido por feministas pode ser considerado uma estratégia de ação política (WOITOWICZ; PEDRO, 2010). Entre as especificidades desta estratégia política está a construção de redes e a circulação de saberes sobre uma prática jornalística feminista, que não necessariamente nasce dentro das mídias digitais, mas passa a ser atualmente pensada a partir das especificidades destas.

Ao analisar o fortalecimento da mídia alternativa e feminista na América Latina a partir do desenvolvimento da web, Karina Woitowicz (2019) ressalta a comunicação enquanto um espaço de ação política bastante estratégico para os projetos feministas, afirmando que “é inegável reconhecer que os meios, na perspectiva feminista e de gênero, ajudam a redescobrir formas de resistência, a denunciar opressões e desigualdades, a lançar o debate sobre questões que costumam ser ignoradas e a pautar o debate público” (p. 67-68). Mas a formação de redes de jornalistas com perspectiva de gênero ou femi-

nista, dependendo da forma como se denomina³, não é nova, como contextualiza Woitowicz:

Esse fenômeno tem origem na articulação de grupos de mulheres que, desde os anos 1990, passam a se apropriar das tecnologias como forma de luta política, o que acaba por motivar a criação de redes de jornalistas com visão de gênero (CHAER, 2007). Segundo dados apresentados por Hasan e Gil (2014), em 1993 se tem registro da criação do programa APC-Mujeres em Ecuador, dando origem às primeiras redes de mulheres na internet. Em 1995, o CIMAC impulsionou a criação de redes na América Latina, com a Red Nacional de Periodistas de México. Em 1998, na Guatemala, é criada a Red de Mujeres Periodistas; em 2001, a Red Dominicana de Periodistas con Visión de Género; em 2003 a Red de Mujeres Periodistas de Nicaragua; em 2005 a Red Internacional de Periodistas con Visión de Género (RIPVG); em 2008, a Red Nacional de Mujeres Periodistas de Peru; e em 2009, a Red Colombiana de Periodistas con Visión de Género (2019, p. 66).

Segundo a autora, as principais propostas para uma comunicação com perspectiva de gênero trazidas por estes grupos dizem respeito à imagem que os meios ainda promovem sobre mulheres, consideradas degradantes; a criação de políticas de paridade nos meios; o combate à linguagem sexista; e a formação de mulheres no uso das tecnologias. “Apropriar-se da mídia a partir de uma perspectiva voltada às demandas das mulheres representa a possibilidade de produção de discursos capazes de interferir na realidade” (WOITOWICZ, 2019, p. 67). Convém ressaltar que as articulações e novas ramificações das redes têm se expandido nos últimos anos e considero que essa ampliação seja muito influenciada pelo contexto em que a América Latina vem enfrentando, ascensão de discursos reacionários e autoritários e a perseguição de ativistas, pesquisadores e jornalistas que abordam as mais diversas temáticas de Direitos Humanos.

Nestas buscas exploratórias para a tese, conheci a formação de redes de jornalistas com visão de gênero, jornalistas estas que atuam tanto em veículos alternativos de jornalismo quanto em meios hegemônicos. Esta “mistura” entre profissionais da mídia tradicional e independente demonstra que a perspectiva de gênero é compreendida como algo que extrapola o veículo ou empresa em que o trabalho é realizado, figurando mais como uma atitude política, teórica e reflexiva na qual as jornalistas se engajam. Além da rede internacional, temos uma segmentação latino-americana e redes nacionais, como na

³ Em artigo publicado no portal de jornalismo feminista argentino LatFem, a jornalista María Florencia Alcaraz traz um debate sobre as diferenças entre conceituação de um jornalismo com perspectiva de gênero ou com perspectiva feminista. Disponível em: <https://latfem.org/de-la-perspectiva-de-genero-al-periodismo-feminista-la-identidad-como-manifiesto/>

Colômbia, México e Argentina. O Brasil ainda não conta com a sua rede, mas já apresenta profissionais integrando a organização internacional. Em Maio de 2019 tive a oportunidade de participar de um encontro da Red Internacional de Periodistas con Visión de Género (RIPVG), promovido pelo Cotidiano Mujer⁴, grupo ligado à Articulación Feminista Marcosur, e a GAMAG América Latina, núcleo regional da Global Alliance on Media and Gender (GAMAG)⁵.

A RIPVG se descreve enquanto um espaço que conta com jornalistas de 36 países e tem como propósito promover jornalismo com perspectiva de gênero, evidenciando a situação das mulheres nos meios de comunicação com o intuito de modificar a atual condição delas na sociedade. Foi fundada em 2005 por jornalistas de 14 países: Alemanha, Espanha, Itália, Peru, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica, República Dominicana, Guatemala, Cuba, Estados Unidos e México. “Desde a sua formação, a RIPVG impulsiona uma agenda informativa com perspectiva de gênero, defende a erradicação de todo tipo de violência contra mulheres jornalistas, promove os direitos humanos das mulheres à comunicação, informação e a liberdade de expressão” (RIPVG, 2020, tradução minha)⁶.

Durante o evento, pude perceber que as redes compartilhavam saberes muito próprios sobre a prática do jornalismo feminista com perspectiva de gênero, elaborado a partir de uma construção coletiva de trocas e diálogos entre as redes nacionais e a internacional. Alguns pontos compartilhados no encontro sobre um jornalismo com perspectiva de gênero são:

- a. As mulheres aparecem como sujeitos da notícia, em uma subversão à perspectiva masculinista predominante no jornalismo. Gênero está muito relacionado às mulheres, sendo utilizado muitas vezes como sinônimo, mas a desigualdade que atinge a população LGBT, assim como o racismo, também integra a pauta;

⁴ <https://cotidianomujer.org.uy/sitio/>

⁵ <https://gamag.net/>

⁶Texto original: Desde su fundación, la RIPVG impulsa una agenda informativa con perspectiva de género, defiende la erradicación de todo tipo de violencia contra mujeres periodistas, promueve los derechos humanos de las mujeres a la comunicación, a la información y a la libertad de expresión.

- b. Atentar para a invisibilidade nos meios de comunicação das profissionais de “gênero diverso”, assim com indígenas e negras.
- c. Uma visão não estereotipada dos agentes sociais que aparecem nas notícias;
- d. A denúncia da desigualdade de gênero presente em diferentes âmbitos sociais nos conteúdos produzidos;
- e. A perspectiva de gênero deve estar presente em todas as notícias ao denunciar a lógica machista, heteronormativa e capitalista que rege as sociedades latino-americanas e leva a violência sistêmica de diversos grupos sociais.

Se as contribuições dos debates sobre o que seria um jornalismo com perspectiva ou visão de gênero trouxeram alguns contornos para essa prática, o principal assunto das conversas não foi esse delineamento, mas o ataque de grupos anti-direitos às jornalistas feministas. Assim, as redes de jornalista atuam nestas duas frentes: o compartilhamento de saberes sobre uma prática jornalística feminista e com perspectiva de gênero; e na própria proteção destas profissionais atacadas e ameaçadas cotidianamente por apresentarem em suas matérias essa perspectiva. As jornalistas feministas têm encontrado esta forma de resistência, na formação de alianças, para sobreviver aos contextos específicos que cada país lhes impõe.

Como afirmou a *Articulación Feminista Marcosur* no evento, os setores anti-direitos têm avançado na região questionando o marco dos direitos humanos. As estratégias de disputa de sentido incluem a propagação de mensagens de ódio sexistas e racistas, assim como a circulação de notícias falsas e difamação (ARTICULACIÓN FEMINISTA MARCOSUR, 2019, S/N).

Para enfrentar esse contexto surge a construção destas redes no sentido de fortalecer estratégias que possam frear e combater a desinformação e as mensagens de ódio, limitando a liberdade de expressão de defensoras de direitos humanos, ativista feministas e jornalistas. Esse breve relato demonstra o contexto em que essa prática é realizada, considerando que analisar o jornalismo com perspectiva de gênero proposto pelas jornalistas feministas, e as redes nas quais se articulam, deve levar em consideração os contornos específicos desta prática no momento histórico e no espaço em que está situado.

3. Corpos e gramáticas em conflito

As condições históricas para o aparecimento de certos discursos em detrimento de outros e que fazem com que alcancem ou não o estatuto de verdade são objeto de uma série de exclusões e interdições. Para Foucault (1999), é sabido que não se pode falar de tudo, e isso depende da circunstância e de quem fala sobre certa coisa. “Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala” (FOUCAULT, 1999, p. 09).

Sendo objeto de desejo, o autor define o discurso como “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1999, p. 10). Ele explica:

Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apóia-se, sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído (FOUCAULT, 1999, p. 17).

Uma das formas de exclusão contida no discurso e que rotineiramente o jornalismo exerce é a dependência de contextos históricos muito específicos e restritos para que a voz da população originária da América Latina ou outras vozes que se situam fora da matriz hegemônica ocidental tenham validade. E essa forma de exclusão está apoiada na dicotomia Natureza/Cultura, a partir da divisão entre humanos e não-humanos, e na ideia de que a natureza é comum. Somente a perspectiva da existência de inúmeras culturas, mas uma só natureza tem possibilidade de verdade e esse pensamento de matriz ocidental está também dentro do jornalismo.

Como afirma Marisol de La Cadena, (2019), a partir da visão moderna de que existe uma natureza e diversas culturas, o modo como determinadas “interpretações” do mundo são tratadas e respeitadas depende de determinado contexto histórico, sendo majoritariamente compreendidas como de segunda classe. A determinante será sempre a moderna, ocidental, a hegemônica. Segundo ela, as populações indígenas compreendem a linguagem moderna e também dialogam com ela, atuando dentro e contra o Estado, den-

tro e contra a colonialidade, há mais de cinco séculos. Mesmo que em diálogo com essa linguagem moderna, existem especificidades não compreendidas e muito menos consideradas válidas para qualquer decisão por parte do Estado e das instituições sociais.

Cadena (2019) parte da percepção de que as áreas mais devastadas em termos de recursos naturais geralmente estão em territórios nos quais vivem as populações indígenas, que frente à destruição estão atuando politicamente junto com outros movimentos de luta em prol do meio ambiente, formando alianças. A partir dessa constatação, propõe conceitualmente uma política radical denominada antropro-cego: “um processo de criação de mundo por meio do qual mundos heterogêneos que não se fazem com uma divisão entre humanos e não humanos são obrigados a operar com essa distinção, ao mesmo tempo que a excedem” (CADENA, 2018, p. 95).

Conta-nos a pesquisadora, que em um conflito violento ocorrido em 2009, na cidade Bagua, no Peru, policiais entraram em confronto com pessoas pertencentes ao grupo indígena AwajunWampi que protestavam contra uma decisão do governo que autorizava e cedia parte de seu território para a exploração de petróleo. Além das 30 mortes ocorridas, diversos AwajunWampi foram presos. O antropólogo Shane Greene, escrevendo sobre o confronto, destacou o seguinte trecho do depoimento de um jovem líder indígena: “Estamos falando dos irmãos que matam nossa sede, que nos banham, que cuidam das nossas necessidades – estes [irmãos] são o que chamamos de rio. Nós não usamos o rio como esgoto; um irmão não pode esfaquear outro irmão. Nós não apunhamos nossos irmãos” (CADENA, 2018, p. 97-98).

Ao falar dos irmãos que matam a sede, o Rio, o líder indígena apresenta outra forma de viver o/no mundo, de se relacionar com outros entes da terra. Para Cadena (2018), considerar esse tipo de relação entre pessoas e territórios extrapola a relação entre humanos modernos e a natureza moderna, embora não a exclua. E um complicador surge, parecendo intransponível: o conflito dificilmente será resolvido porque perpassado por um constante mal-entendido, e o estado pode responder a partir de sua incompreensão dos termos propostos pelos indígenas com “a negação dos termos de existência AwajunWampi. Assim visto, o conflito é ontológico”(CADENA, 2018, p. 98) e não epistemológico.

Para elaborar a complexidade deste confronto, Marisol de La Cadena recorre a Eduardo Viveiros de Castro (2018), antropólogo brasileiro, e seu conceito de equívoco, que trata da relação de comunicação entre humanos ameríndios da Amazônia e não-humanos. “O equívoco, diz ele, abriga ‘a alteridade referencial entre conceitos homônimos’ com a qual entidades que povoam mundos ameríndios se comunicam – ou se traduzem – entre si” (CADENA, 2018, p. 69). Tradução, comunicação e relação são elementos presentes na ideia de Viveiros de Castro:

O equívoco não é o que impede a relação, mas aquilo que a funda e a propõe: uma diferença de perspectiva. Traduzir é presumir que há desde sempre e para sempre um equívoco; é comunicar pela diferença, em vez de silenciar o Outro ao presumir uma univocidade originária e uma redundância última – uma semelhança essencial – entre o que ele e nós ‘estávamos dizendo’ (VIVEIROS DE CASTRO, 2018, p. 91)

No perspectivismo ameríndio, o equívoco pressupõe uma visão relacional, em que cada uma dessas entidades se veja como humano, mas considere a outra como animal, independente se “são”, na nossa percepção, humanos ou animais. Segundo Cadena (2018), para Viveiros de Castro, o ponto de vista está relacionado ao corpo que vê, que comunica, e não ao conceito, que é compartilhado por ambos. “O que para nós é sangue, para os jaguares é cerveja; o que para a alma dos mortos é cadáver podre, para nós é mandioca fermentada; o que vemos como um barreiro lamacento, para os tapires é uma grande casa cerimonial, e assim por diante” (VIVEIROS DE CASTRO, 2018, p. 64).

O ponto de vista do corpo, contudo, pode levar a uma interpretação enganosa, segundo o antropólogo. A afirmação de que os animais vêem coisas diferentes de nós porque têm corpos diferentes dos nossos não significa apenas uma diferença que contempla a fisiologia ou a anatomia, mas os afetos que perpassam os corpos. Entre esses afetos estão o habitus constituído pelo modo de ser e de viver, a alimentação, um *ethos* próprio, a forma como se comunica. “Longe do essencialismo espiritual do relativismo, o perspectivismo é um maneirismo corporal” (VIVEIROS DE CASTRO, 2018, p. 66).

Entre os trabalhos recentes que se dedicam a abrir a porta da ontologia para pensar o jornalismo está o realizado por Lara Linhalis Guimarães (2016; 2019), que propõe um jornalismo de perspectivas a partir da inspiração no xamanismo, “essa prática-vida de tradução do mundo que possibilita o diálogo transespecífico nas cosmologias ame-

ríndias” (GUIMARÃES, 2019, p. 6). A pesquisadora define o jornalismo de perspectivas:

O Jornalismo de Perspectivas está sempre disposto a ser capturado por outro universo de ideias e dedica-se a traduzi-lo à “gente comum” durante a captura e após o retorno à perspectiva de origem, de modo análogo aos xamãs na cosmologia ameríndia. Tomar o ponto de vista daquilo que se busca conhecer é seu ideal de conhecimento, sua tarefa antropofágica (GUIMARÃES, 2019, p. 7).

A figura do xamã expõe a possibilidade de habitar o ponto de vista do outro e ver como ele vê, capacidade esta que apenas alguns indivíduos possuem. Segundo Viveiros de Castro (2018), os xamãs apresentam uma capacidade especial, uma “dupla cidadania” que torna possível a comunicação entre as perspectivas. Mesmo que se relacione a uma prática específica, realizada em condições controladas, o xamanismo apresenta sua potência reflexiva ao estar, para Viveiros de Castro, nas antípodas da epistemologia objetivista moderna e ocidental. Esta forma de conhecer, ao contrário da máxima conhecer é objetivar ou dessubjetivar, propõe que conhecer é personificar, “tomar o ponto de vista daquilo (ou daquele) que deve ser conhecido” (2018, p. 50).

Pensar o jornalismo a partir desta virada significa, de acordo com Guimarães (2016), enfrentar alguns de seus ideais compartilhados e influenciados pela lógica moderna, como a busca pela natureza dos fatos ou da realidade objetiva, que seria a verdadeira. E a forma mais canônica de acessar essa realidade é o processo de objetivação ou dessubjetivação apontado por Viveiros de Castro, ver de fora a realidade que passa aos nossos olhos. Guimarães (2016) propõe então uma subversão – estar imerso de forma radical para depois ver de fora e saber o que acontece dentro. “E estar do lado de dentro implica habitar os mundos aí existentes – que são muitos!” (GUIMARÃES, 2016, p. 30).

A atitude dos jornalistas, enquanto tradutores de mundo, os aproxima dos xamãs na proposta de Guimarães, reconhecendo que as ontologias que os diferem são irreconciliáveis. Enquanto uma nova possibilidade de reflexão sobre o trabalho jornalístico, oferece uma terceira rota de saída das duas vias percebidas pela pesquisadora para tratar da relação do jornalismo e a realidade. Uma delas pressupõe o afastamento para “enxergar” melhor e a outra reivindica a parcialidade, tão presente esta última no jornalismo que se concebe ativista, independente ou alternativo. A virada de chave construída por

Guimarães (2016), a partir de uma boa dose de imaginação, torna exequível aproximar duas práticas diametralmente opostos e serve de inspiração.

Com toda a certeza, o pensamento ameríndio diverge da forma ocidental de pensar. Mas, como questiona Viveiros de Castro, o que significa levar a sério essa forma alternativa? Tomemo-la como uma nova verdade sobre o mundo? Talvez o que podemos fazer é complexificar o jornalismo a partir da ideia de equívoco.

Voltando ao conflito em Bagua, Cadena (2018) aciona o conceito de dissenso de Rancière, para se referir a uma situação em que duas pessoas dizem uma mesma palavra, mas não compreendem o mesmo a partir dela. Assim, o evento no Peru é entendido como um dissenso que contém um equívoco, pois “o conflito também pode ser interpretado como uma disputa em torno de uma entidade – o território – que não é a mesma coisa e não pode ser as coisas diferentes que podem surgir nas interlocuções entre os AwajunWampi e o Estado” (CADENA, 2018, p. 100). E essa disputa se localiza no Antropo-cego, em que coabitam tanto o antropos humano da modernidade e sua vontade de “transformar tudo aquilo que ele e ela conhecem” (p. 100), quanto o antropos desobediente, que não é apenas humano.

Os antagonismos são partes inerentes ao antropo-cego, mas não são só eles que estão incluídos nesse complexo. As alianças também. Alianças que envolvem humanos e não humanos, assim como humanos e humanos, que se situam em distintos mundos. Um desses exemplos é o de uma mulher camponesa “guardiã da lagoa”, de nome Máxima, conforme relata Cadena (2018). Suas terras querem ser compradas para a mineração, mas ela nega a quantia alta que é oferecida e começa a sofrer diversos atentados com o objetivo de intimidá-la. “Eu luto para proteger a lagoa foi uma das suas respostas. E afirmando o apego ao lugar, ela acrescentou: Eu não vou parar; eles podem acabar comigo. Mas vou morrer com a terra” (CADENA, 2018, p. 108).

A partir da lógica moderna, Máxima pode ser considerada uma defensora do meio ambiente, segundo a antropóloga, em uma gramática que a situa enquanto um sujeito frente a um objeto. Porém, uma aliança de outra ordem pode existir na negativa de vender as terras, uma relação “mulher-terra-lagoa (ou plantas-pedras-solos-animais-lagoas-humanos-canais-calhas!!!) emergem inerentemente juntas – um emaranhamento de entidades necessitadas umas das outras, de tal forma que separá-las as transformaria

em outra coisa” (CADENA, 2018, p. 108). Máxima é ambientalista, mas isso não é somente o que ela é. “Não apenas” ou “não apenas isso” são expressões que Cadena propõe para perceber o incomum ou narrar o incomum.

Considerando (ao invés de negar) a possibilidade do excesso – a saber, a afirmação de que a natureza não é apenas isso, ou que os materiais que a fazem também são específicos de um lugar e podem incluir os seres humanos, essas histórias podem abrir o pensamento e o sentimento para não apenas o que são nossos sentidos comuns. O requisito para essa abertura pode ser uma disposição para dar uma chance política ao equívoco. Isso significa uma disposição para considerar que o que é hegemônico – por exemplo, a natureza (para continuar com o mesmo tema) – também pode ser diferente da natureza, mesmo que ocupe o mesmo espaço: não apenas um rio, também uma pessoa; não apenas água universal, também água local; não apenas montanhas, também seres da terra; não só terra, também Ixofijmogen (CADENA, 2018, p. 112)

Alianças inesperadas, acordos que comportam a diferença (CADENA, 2018), a possibilidade de formar coletivos, inclusive com outras pessoas que atuam em prol de causas “semelhantes” nem tão semelhantes assim, mas nem por isso excludentes, que compartilham gramáticas diferentes, como é o caso da advogada de Máxima. De acordo com Cadena (2018), “familiarizada com as práticas dos ‘guardiões da lagoa’– (a advogada) entende isso, e com isso, sua própria impossibilidade de traduzir plenamente a insistência de Máxima em permanecer para a linguagem legal da propriedade” (CADENA, 2018, p. 110). Essa é uma abertura possível para conexões parciais (HARAWAY, 1995; 2019), alianças políticas que considerem o equívoco como parte integrante da comunicação, “levando em consideração que os pontos de vista possam corresponder a mundos que não são apenas os mesmos” (CADENA, 2018, p. 112). Por tudo isso, Marisol de La Cadena propõe abrir um pouco mais a porta da ontologia e fechar a da cultura para subverter a lógica que nos faz conceber a existência de uma natureza e diversas culturas, que realiza um controle dos discursos, nos termos de Foucault.

A partir desta reflexão, ressalto que o jornalismo também depende de condicionantes históricas e sociais para que possa enunciar algo como verdadeiro em detrimento de outros saberes. Ao se debruçar sobre os alicerces do pensamento ocidental e os valores contidos neles, valida o pensamento da matriz hegemônica do poder e subalterniza os que não fazem parte dela. Por outro lado, refletindo a partir da ideia de existência de diferentes mundos, que sempre serão acessados reconhecendo a incompreensão como parte do diálogo, podemos indicar novas possibilidades na concepção de um jornalismo

aberto à pluralidade, em que as próprias jornalistas organizadas em rede negociam suas gramáticas na construção de uma perspectiva de gênero dentro do campo, rasurando a dicotomia Natureza/Cultura. Inspirada em Cadena (2018), as profissionais tornam-se jornalistas-povos-corpos-feministas-comunidades-territórios e parte da empreitada de enfrentamento à colonialidade de gênero (LUGONES, 2014; COSTA, 2020).

4. Considerações finais

Se é possível propor generalizações ao jornalismo, enquanto instituição social, seria injusto não admitir as inúmeras contradições, no bom sentido, que a prática contempla. É nesse arcabouço de pontos fora da curva que é possível vislumbrar no jornalismo a possibilidade de conexões parciais (HARAWAY, 1995, 2019) e alianças inesperadas (CADENA, 2018), que comportem o equívoco (VIVEIROS DE CASTRO, 2018) enquanto parte inerente do diálogo que realiza com outros mundos.

Tomo como hipótese que as redes de jornalistas com perspectiva de gênero e perspectiva feminista, formadas principalmente por jornalistas da América Latina, podem estar caminhando nesta direção, se dedicando à subversão das lógicas masculinistas, racistas, heterossexistas, capitalistas e antropocêntricas deixadas pela matriz de dominação colonial no território geográfico e político hoje denominado de América Latina.

A perspectiva feminista é central para esta proposta, pois elucida a compreensão de que a dicotomia Natureza/Cultura está presente até hoje na organização das relações sociais a partir do binarismo de gênero, em suas interseções com raça, classe e sexualidade. A resistência à colonialidade do gênero (LUGONES, 2014), como afirma Costa (2014), perpassa então a resistência linguística e a resistência tradutória. Para a autora, isso quer dizer colocar os paradigmas eurocêntricos que se ancoram na lógica dicotômica apontada anteriormente sob rasura. Assim, ela afirma que devemos

nos juntar àquelas feministas – latino-americanas, latinas, negras, indígenas e feministas ocidentais situadas nas ciências (ditas) exatas, entre outras – para repensar as fronteiras coloniais entre humano e não humano, matéria e discurso que estruturaram a colonialidade do gênero e a colonialidade do poder. Ao rompermos essas fronteiras, estaremos certamente iniciando uma nova fase descolonial (o feminismo antropoceno?), convidando (ou sendo obrigadas a receber) outros entes além do humano para a interlocução (COSTA, 2014, p. 933).

Desta forma, me parece instigante analisar a formação das redes, quem as integra e como essas jornalistas definem/disputam o conceito de gênero contido na formulação de um jornalismo com perspectiva de gênero, compreendendo que esta é uma categoria equívoca (COSTA, 2020). A possibilidade de projetar um jornalismo que se constitui a partir de alianças, algumas mais e outras menos inesperadas, está aberta a partir desta atuação conectada, porque “precisamos de uma rede de conexões para a Terra, incluída a capacidade parcial de traduzir conhecimentos entre comunidades muito diferentes - e diferenciadas em termos de poder” (HARAWAY, 1995).

Referências

CADENA, Marisol de La. Natureza incomum: histórias do antropo-cego. **Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros**, n. 69, São Paulo: USP, 2018.

CADENA, Marisol de La. **Deborah Delgado entrevista a Marisol de la Cadena**. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=YYDGTLB17io&t=183s>> Acesso em: 15 de jul. de 2020.

COSTA, Claudia de Lima. Feminismos descoloniais para além do humano. **Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, Florianópolis: UFSC, 2014.

COSTA, Claudia de Lima. Feminismos decoloniais e a política e a ética da tradução. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

COSTA, Claudia de Lima. Feminismo, tradução cultural e a descolonização do saber. **Fragmentos: Revista de Língua e Literatura Estrangeiras**, v. 21, n. 2, Florianópolis: UFSC, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

GUIMARÃES, Lara Linhalis. **JORNALISTAS E XAMÃS**: a performance na cosmologia ameríndia e a invenção de um jornalismo diferenciante. In: XXVIII Encontro Anual da Compós, Anais, Porto Alegre, 2019.

GUIMARÃES, Lara Linhalis. **UMA INVENÇÃO DE JORNALISMO**: ninjas, xamãs e outras perspectivas. 177f. Tese. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial [p.7-41]. **Cadernos Pagu**, n.5, Campinas: Unicamp, 1995.

HARAWAY, Donna. **Seguir con el problema**. Generar parentesco en el chthuluceno. Bilbao: consonni, 2019.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, v.22, n. 3, Florianópolis: UFSC, 2014.

RED INTERNACIONAL DE PERIODISTAS CON VISIÓN DE GÉNERO, 2020. Disponível em: < <http://www.redinternacionaldeperiodistas.com/> > Acesso em: 05 de ago. de 2020.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Metafísicas Canibais**: Elementos para uma antropologia pós-estrutural. São Paulo: Ubu Editora, n-1 edições, 2018.

WOITOWICZ, Karina Janz. Direito à comunicação e ativismo feminista: A construção de redes de mulheres na América Latina e o processo de apropriação tecnológica. **Revista Alceu**, v. 21, n. 39, Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2019.

WOITOWICZ, Karina Janz; PEDRO, Joana Maria. Feminismo e ativismo midiático: o jornalismo como estratégia de ação política. In: **Fazendo Gênero 9** - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos, Anais, Florianópolis, 2010.